



Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900

Campinas: Editora da
Unicamp, 2012. 232 p.

Joana Medrado

Adalberto Júnior Ferreira Paz¹

Comarca de Jeremoabo, interior baiano, últimas décadas do século XIX. Esse foi o cenário escolhido por Joana Medrado para analisar as múltiplas complexidades em torno do relacionamento entre fazendeiros e trabalhadores rurais, tendo como pano de fundo uma região caracterizada pela criação extensiva de gado, pela aridez do clima e por uma instigante cultura popular manifestada através de contos sobre homens e animais “encantados”.

Acima de tudo, o livro de Medrado, resultado de sua dissertação de mestrado, defendida em 2008 no Programa de Pós-graduação em História Social na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nos proporciona uma competente imersão em uma sociedade que durante muito tempo foi definida pelas imagens criadas por folcloristas e outros estudiosos tendo como base a seca, a hegemonia econômica e política dos donos de terras e uma suposta “servidão inconsciente” – tal como definiu Euclides da Cunha – por parte daqueles que cuidavam das criações das fazendas, ou seja, os vaqueiros.

Contudo, a autora busca ultrapassar o olhar “condescendente”, mas depreciativo, daqueles que reconheciam a fidelidade, a honra e a valentia do trabalhador sertanejo apenas para lamentar a manipulação de tais qualidades pelos proprietários. No caso dos vaqueiros, segundo essa perspectiva, isso significaria passar a vida cuidando dos domínios e posses do patrão, porém exigindo ou obtendo muito pouco em troca. Nesse

sentido, mais do que simplesmente criticar, Joana Medrado propõe outras perguntas e novas interpretações a fim de que possamos entender melhor a cultura política dos subalternos e o seu relacionamento com os seus superiores.

Inicialmente, com o objetivo de situar o leitor no cenário econômico e social do nordeste baiano no final dos oitocentos, a autora analisa centenas de inventários *post mortem*, a partir dos quais apresenta o perfil dos moradores da comarca de Jeremoabo, estabelecendo faixas de renda e verificando características como principais investimentos, acumulação de bens e ocupação. O resultado demonstra o peso que a criação de animais, especialmente o gado vacum, possuía na economia de Jeremoabo, assim como faz coro à crítica de outros estudos que provaram ser falsa a ideia de um sertão sem escravos por conta das especificidades da pecuária extensiva, constatando a posse de cativos em praticamente todas as faixas de renda antes da abolição, fato que chegava a compor quase um terço (faixa 2) ou um quarto (faixa 3) do total dos bens patrimoniais.

A partir da análise de processos de crime sobre furto de gado, Joana Medrado adentra o universo das relações entre fazendeiros e trabalhadores rurais, sempre enfatizando os vaqueiros. Contrapondo-se diretamente aos argumentos daqueles que afirmam uma completa submissão desses sujeitos aos desígnios dos proprietários, a autora verifica como diferentes casos de furtos aparentemente simples poderiam situar-se na interseção de várias situações mais ou menos aparentes no processo judicial, como posse de terras e animais, retaliação por invasão de roçados de trabalhadores pelos bois e relações de dependência entre fazendeiros, vaqueiros e demais empregados. Desse modo, um boi fugido, mesmo marcado a ferro no couro e ostentando cortes específicos nas orelhas, como era costume, poderia ser capturado ou até mesmo morto e servir de alimento, mas não necessariamente porque os “ladrões” estivessem famintos. Assim, nos deparamos com situações como a de um pequeno sitiante que pegou de volta um animal oferecido a um grande fazendeiro em troca de um favor, alegando “não ter sido satisfeito no que desejava” (p. 91). Mais adiante, outro réu afirma que matou um boi e o comeu “pelo fato de [o animal] achar-se dentro de suas roças a estragar as plantações” (p. 101). Ambos os exemplos, segundo Medrado, podem ser considerados em contraponto às visões idílicas do sertão imerso em solidariedades bucólicas, conforme representações memorialistas e folcloristas.

Para além dos casos de acertos de contas pessoais, existiria ainda a dimensão dos valores e hierarquias relacionados às formas como cada testemunha ou réu se apresentou perante a Justiça. Quanto a isso, Medrado argumenta que o fato de os vaqueiros estarem sempre a favor dos fazendeiros refletia um posicionamento no qual o trabalhador levava em conta seus meios

de subsistência e oportunidades. Isso porque, embora muitas vezes fosse difícil estabelecer uma diferenciação clara entre trabalhadores eventuais, simples vaqueiros e vaqueiros-administradores – ou seja, aqueles que cuidavam das fazendas com significativa autonomia na ausência dos proprietários –, pode-se dizer que a maior parte dos que depunham a favor dos proprietários pertencia a esta última categoria de empregados. Nesse caso, ir de encontro aos interesses do patrão seria pôr em risco uma série de vantagens decorrentes da posição de gestor, que não eram poucas diante das condições e possibilidades disponíveis na região pesquisada.

Da mesma forma, a autora afirma que a ausência de vaqueiros depondo a favor dos fazendeiros indicava casos em que o proprietário não havia investido em relações de dependência pessoal com seus empregados, especialmente em vaqueiros-administradores, o que os deixava vulneráveis a maiores prejuízos por furtos ou outros “descuidos”, uma vez que não haveria tanto empenho na preservação dos bens das fazendas por parte de empregados com vínculos precários ou ocasionais. Essa autonomia quanto ao próprio sustento, aliás, era afirmada pelos trabalhadores sempre que fosse conveniente ou preciso, identificando-se geralmente como lavradores que trabalhavam para si e para sua família, por exemplo, em vez de ser vaqueiro de alguém.

A maneira como Joana Medrado constrói sua argumentação, em constante diálogo com as fontes, possibilita uma leitura bastante fluida, sem rebuscamentos teóricos desnecessários ou frases enigmáticas em tom de pseudoformalismo científico. Isso não quer dizer, entretanto, que não haja embasamento teórico; ao contrário, como a própria autora afirma, suas ideias dialogam intimamente com as proposições da história social inglesa, em especial as noções de hegemonia, cultura e direitos presentes nos trabalhos de Edward Palmer Thompson, e com a historiografia brasileira a partir dos anos 1980, particularmente nos estudos sobre escravidão e classe operária.

Sendo assim, Medrado considera que todo gesto de poder e dominação, mesmo ou principalmente entre desiguais, está sujeito a uma via de mão dupla, na qual aquele que “concede” um benefício não poderá impedir que o beneficiado incorpore ou reinterprete tal concessão como um direito, passando inclusive a exigir seu cumprimento, sob pena de quebra do vínculo que motivou tal relação. Nestes termos, uma vez estabelecidas as condições do vínculo, representadas na pesquisa pelas relações entre fazendeiros e vaqueiros, a autora mantém sua afinidade intelectual com as ideias de E. P. Thompson ao considerar que a partir daí passa a existir um acordo tácito sobre o que é ou não aceitável, válido ou negociável entre os que participam da relação.

Para ela, portanto, a maioria dos intérpretes da cultura sertaneja desconsideraram os valores que os próprios vaqueiros atribuíam ao seu modo

de vida e trabalho, preferindo vê-los unicamente como trabalhadores fiéis e obedientes a seus patrões. Em *Terra de vaqueiros*, contudo, vemos como esses trabalhadores construíam e reforçavam constantemente o seu valor e prestígio social não apenas diante dos patrões, mas também entre os demais empregados das fazendas e na sociedade como um todo. Ser vaqueiro, então, significava ser possuidor de determinadas características físicas, intelectuais e até “mágicas”, o que lhe permitia desfrutar vantagens que nenhum outro trabalhador detinha, ou fazer reivindicações quase em tom de ultimato, como o fez através de carta o vaqueiro José Lins Barreto ao Barão de Jeremoabo (p. 143).

No último capítulo, Medrado analisa outros elementos que ajudaram a reforçar a imagem de destaque do vaqueiro e suas qualidades, por meio de entrevistas realizadas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) entre os anos de 1985 e 1987, da literatura de cordel e da compilação de versos e prosas realizadas por folcloristas. A partir desse material, busca entender os significados em torno da figura mitológica dos chamados “bois encantados” – seres domados apenas por “um vaqueiro extremamente destro e sagaz” (p. 173) –, e como essas narrativas eram apropriadas pelos vaqueiros no sentido de valorizar ainda mais as habilidades típicas de sua profissão.

O estilo envolvente, a acuidade na análise das fontes e a pertinência das argumentações tornam, sem dúvida alguma, *Terra de vaqueiros* uma obra obrigatória não só aos interessados em conhecer melhor o universo econômico, social e cultural da pecuária praticada no sertão baiano em fins do século XIX, mas a todos os que apreciam um excelente trabalho em história social. E, o mais importante, Joana Medrado consegue avançar de forma sólida e bem fundamentada na crítica aos modelos interpretativos ultrapassados que operavam – e ainda operam – com antíteses pouco dinâmicas como *litoral* e *interior*, *trabalho livre* e *trabalho escravo*, *dádiva* e *cooptação*, enfim, *dominação onisciente* e *servidão inconsciente*. Uma relevante contribuição historiográfica que reforça a qualidade da Coleção Várias Histórias, destinada a publicar trabalhos de destaque desenvolvidos no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult), ligado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

NOTA

¹ Professor do colegiado de História da Universidade Federal do Amapá. Doutorando em História Social na Universidade Estadual de Campinas. Contato do autor: adalbertojrpa@hotmail.com.